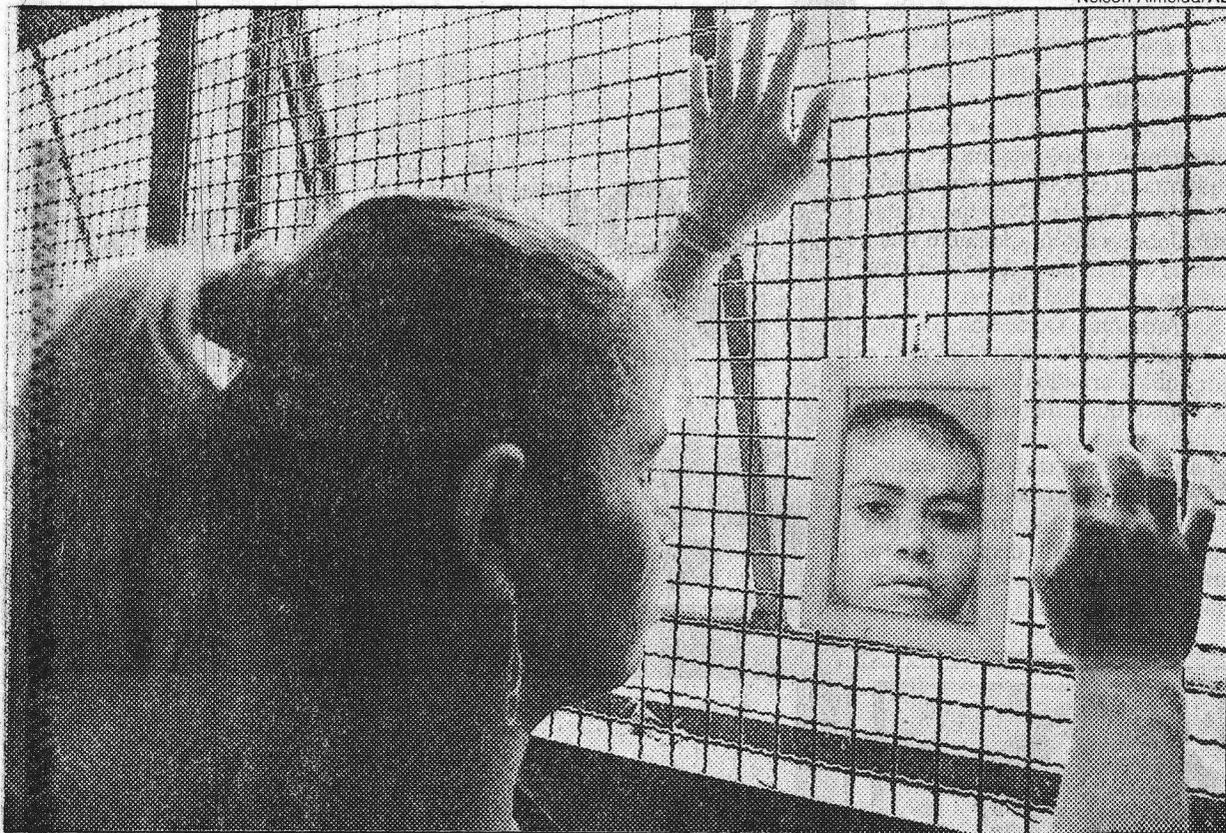


Preso desconhece por que está na cadeia

Nelson Almeida/AE



Cesário Souza está há 11 meses no xadrez: sem advogado, como 74% dos presidiários paulistas

Nem os investigadores de polícia sabem por que o travesti Souza continua no 4º DP

Cesário Barbosa de Souza, de 25 anos, passou o último aniversário na cadeia. Desde janeiro, ele está preso no 4º Distrito Policial, na Consolação. Nem Souza nem os investigadores entendem por que ele está atrás das grades. "Não há nenhuma condenação aqui", explica Rubens Xavier, chefe dos investigadores do distrito.

Souza, ou Cláudia, seu nome de guerra, foi preso durante uma batida policial na Rua Amaral Gurgel, quando saía de um hotel. O travesti, que é cabeleireiro, diz que acabara de "fazer o cabelo das meninas que trabalham à noite".

No DP, o delegado consultou os dados de Souza e descobriu uma condenação de 1991, do Rio de Janeiro. "Fui pego com dois papéis de farinha (cocaína)", conta Souza. Na época, pagou fiança e saiu da cadeia. Logo depois, viajou para Fortaleza, onde mora sua família. Foi condenado à revelia a 6 meses de prisão e não cumpriu a pena. Também nunca foi incomodado. Em 1995, veio para São Paulo.

"Aconteceu da condenação aparecer em São Paulo", explica Xavier. "No Ceará, nada consta contra ele." Há 11 meses, Souza está no xadrez. Não chegou ainda nenhum mandado de prisão com base na condenação anterior. "O Estado já lhe deve no mínimo três meses", diz o investigador.

Lotação — Cesário não tem advogado, como 74% dos presidiários paulistas, segundo pesquisa da Associação dos Advogados Criminalistas do Estado de São Paulo (Acrimesp). O caso dele está parado. "Mas tenho fé em Deus de que vou passar o Natal com minha mãe", diz.

Enquanto isso, contribui para a lotação de uma das seis celas

do 4º Distrito, insuficientes para abrigar os 145 presos ali detidos. "Nossa capacidade é para 24 detentos", explica o delegado-titular José Roberto dos Santos. "A situação é insustentável."

O distrito dirigido por Santos não é o único nessas condições. De acordo com o secretário estadual da Administração Penitenciária, João Benedito de Azevedo Marques, há um déficit em torno de 60 mil vagas no sistema penitenciário do Estado de São Paulo, se consideradas todas as condenações.

Cada preso custa cerca de R\$ 500,00 por mês ao Estado. "Para cobrir esse déficit, seria preciso mais de cem novas penitenciárias, triplicar o pessoal da secretaria e colocar mais 6 mil homens nas muralhas", explica. "É um investimento impossível de ser feito."

A informatização das penitenciárias é uma das metas de curto prazo — a ser cumprida em um ano — do Programa Nacional de Direitos Humanos. Quando for colocada em prática, pode colocar em liberdade pelo menos 17% dos presos no Estado, segundo Ademar Gomes, presidente da Acrimesp.

A desorganização e a falta de recursos do sistema também amontoam nos presídios brasileiros detentos que podiam estar cumprindo pena em regime semi-aberto.

"Não há casas para colocar o pessoal", diz o diretor do Departamento Penitenciário Nacional, Paulo Tonet Camargo.

Alternativas — Para aliviar as prisões, o Ministério da Justiça está trabalhando em um projeto de penas alternativas de liberdade para crimes não-violentos,

outra medida prevista no plano a curto prazo.

"A sociedade precisa compreender que a penitenciária é para presos perigosos", diz o secretário Marques, que participou da confecção do programa de direitos humanos. "Temos de aprender a usar outras formas de controle social."

Marques comemora as ações rápidas que se seguiram a outra proposta do plano, esta de longo prazo: a desativação da Casa de Detenção de São Paulo, no Carandiru.

Virar a página — Em setembro, foi assinado um convênio com o governo federal para a execução da proposta. A administração

estadual também já deu início às licitações para a construção de oito penitenciárias e uma casa de detenção menor, para onde os detentos serão transferidos.

"Vamos virar uma página da história penitenciária de São Paulo", diz o secretário.

A desativação da Casa de Detenção já começou a render dividendos. A medida, e uma satisfação sobre o processo de punição dos culpados, ajudou a tirar o assassinato de 111 presos do Carandiru da pauta da Corte Interamericana de Direitos Humanos, embora ninguém até agora tenha sido punido pelo massacre.

O presidente comemorou o feito na avaliação dos primeiros seis meses do Programa Nacional de Direitos Humanos, durante o programa *Palavra do Presidente*, no rádio, na semana retrasada. Oficialmente, o governo brasileiro não reconhece a competência da corte. As entidades de direitos humanos aguardam a adesão. (Rebeca Kritsch)



**NÃO HÁ
MANDADOS
DE PRISÃO
CONTRA ELE**